

Parecer do Conselho Fiscal

Na sua reunião de 22 de novembro de 2020, o Conselho Fiscal da Santa Casa da Misericórdia de Santarém analisou adequadamente o balancete analítico à data de 30 de setembro, o documento de controlo orçamental a essa mesma data, o Plano de Atividades e o Orçamento para 2021. -----

Da análise ao balancete e ao controlo orçamental, verificaram-se desvios orçamentais significativos tanto em termos de gastos, como de rendimentos, desvios esses que, essencialmente, se encontram relacionadas com a situação criada pela Covid 19, totalizando, a essa data, uma diferença negativa de cerca de 130.000,00€. A diminuição de rendimentos, sobretudo com mensalidades, originada pela interrupção de atividades letivas ligadas à infância e algumas valências da anciania não foi acompanhada, em termos absolutos, pela diminuição de gastos, os quais, pela natureza da pandemia, se viram ainda agravados. Efetivamente, a maioria dos gastos são de natureza fixa, enquanto muitos dos rendimentos são de natureza variável, pelo que aquela diferença negativa se encontra plenamente justificada. -----

Do Plano de Atividades, realça o Conselho Fiscal a sua coerência em termos de enquadramento, objetivos estabelecidos, integração no plano estratégico e clareza de apresentação. -----

No seguimento da abordagem às contas no final do mês de setembro de 2020, foi também nesse clima de pandemia que o Conselho Fiscal analisou a proposta de Orçamento para o ano de 2021, proposta que lhe parece adequada ao grau de incerteza do momento que vivemos. Comparativamente com o orçamento para 2020, no orçamento para 2021 há uma redução nos gastos e nos rendimentos, sendo que essa redução é mais acentuada na rubrica de rendimentos em cerca de 2% quando comparada com a diminuição na rubrica de gastos, o que vem a refletir-se num défice de exploração de perto de 75.000,00€ para o próximo exercício. -----

A conjugação, pelas razões apontadas, do resultado líquido negativo previsto para 2020, anteriormente quantificado, bem como o défice de exploração orçamentado para 2021, carece da adoção de medidas extraordinárias de apoio de tesouraria, o que deverá ocorrer através do recurso a uma linha de financiamento protocolada, designada de Apoio ao Setor Social Covid 19, a obter juto da Caixa Económica Montepio Geral, com garantia da Sociedade de Garantia Mútua GARVAL, até ao montante de 500.000,00€, pelo período de seis anos. -----

Neste enquadramento e nestas condições, somos de parecer que a Proposta do Plano de Atividades e do orçamento da Santa Casa da Misericórdia de Santarém para o ano de 2021 são adequados, merecem a nossa concordância, propondo que os mesmos sejam aprovados pelo Definitório. -----

Colocada à votação, foi esta proposta de parecer aprovada por unanimidade. -----
Nada mais havendo a tratar, pelas dezoito horas, foi encerrada a reunião de que se lavrou a presente ata
que vai conter as assinaturas pelos membros do Conselho Fiscal. -----

Santarém, 22 de novembro de 2020.

O Conselho Fiscal
